



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

240ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem do dia 15 a 17 de fevereiro de 2016

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

240ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar.

Data: 15 a 17 de fevereiro de 2016.

- 1 Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, teve início a Ducentésima
- 2 Quadragésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a
- 3 Coordenação do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, o Representante Titular da

4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDEV, Presidente Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Telma Maranhão Gomes; Bárbara Cardoso Campos; Solange Teixeira; Léa Lúcia Cecílio Braga; Célia
7 Maria de Souza Melo Lima; Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim; Thiago Barbosa Ferreira
8 Cabral; Cláudia Laureth Faquinote; Márcia de Carvalho Rocha; Alceu Kuhn; Anderson Lopes
9 Miranda; Samuel Rodrigues; Clátia Regina Vieira; Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiros suplentes
10 presentes: Denise Mafrá Gonçalves; Maira Leilane Oliveira Almeida; Márcia Cristina Góis; Carlos
11 Nambu; Naelson da Silva Ferreira; Dulcinéia Reginato Francisco; Aldenora González; Carmem Lúcia
12 Lopes Fogaça; Margareth Alves Dallaruvera; Jucileide Ferreira do Nascimento; Leovane Gregório;
13 Secretária Executiva Maria das Mercês de Avelino Carvalho e Secretária Executiva Substituta Maria
14 Auxiliadora Pereira. **Convidados:** Clóvis Henrique Leite de Souza – Palestrante – A importância do
15 Controle Social no SUAS – Questões Estratégicas a Serem Consideradas; Allan – SNAS; Sr. Célio
16 Vanderley Moraes – Relatoria; Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes – Relatoria; Carlos Ferrari –
17 Relatoria; Sra. Denise Colin - Relatoria; Sra. Maria Luiza Amaral Rizzotti – Relatoria; Sr. Marco
18 Garbelotti – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MDS ; Sr. James Silva – Subsecretaria de
19 Planejamento e Orçamento/MDS; Sr. Rafael Monteiro – Subsecretaria de Planejamento e
20 Orçamento/MDS. **ABERTURA.** O Presidente Edivaldo inicia a reunião, cumprimenta todos os
21 presentes, informa que a reunião iniciou-se com atraso devido a realização da teleconferência
22 também na presente data, e realiza votos de ótimo trabalho em 2016 para o Conselho Nacional de
23 Assistência Social. A Secretária Executiva Maria Auxiliadora saúda a todos e realiza a verificação do
24 quórum: Informa que os Conselheiros titulares presentes são: Célia Maria de Souza Melo Lima;
25 Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim; Thiago Barbosa Ferreira Cabral; Cláudia Faquinote;
26 Márcia Rocha; Alceu Kuhn; Samuel Rodrigues; Clátia Vieira; Edivaldo Ramos; Patrícia Alves Vieira.
27 Conselheiros no exercício da titularidade: Laís Mendonça; Denise Gonçalves; Carmem Fogaça;
28 Eufrásia Agizzio. Conselheiros suplentes presentes: Márcia Goes; Carlos Nambu; Naelson Ferreira;
29 Dulcinéia Francisco; Aldenora González; Margareth Dallaruvera; Jucileide do Nascimento. O
30 Presidente Edivaldo registra que a Vice-Presidente Léa não se encontra presente porque ficou
31 para a gravação do último bloco da teleconferência, bem como a Conselheira Maria José e a
32 Conselheira Bárbara ficou para um eventual suporte. **Item - A importância do Controle Social no**
33 **SUAS - Questões estratégicas a serem consideradas.** O Sr. Clóvis discorre inicialmente sobre
34 aspectos presentes na NOBSUAS, quais sejam: a função deliberativa dos Conselhos das
35 conferências com atribuições diferenciadas; enxergar a participação social como uma estratégia
36 de gestão pública, no caso da gestão democrática; propostas interessantes sobre como fortalecer
37 o Controle Social no sistema. Pondera a necessidade de incentivar o envolvimento direto dos
38 Conselhos Estaduais na organização das conferências e enfatiza sobre o desafio da
39 responsabilidade compartilhada com os outros entes federados em relação ao funcionamento das
40 instâncias de Controle Social, e a proposta que permite essa responsabilidade é a ampliação da
41 participação dos usuários. Acrescenta sobre a necessidade de efetivar a Resolução 15/2014 do
42 CNAS que orienta os Conselhos em relação ao funcionamento das instâncias, dos Conselhos em
43 relação a serem instâncias de participação e controle do Programa Bolsa Família. Considera
44 importante a necessidade de integração das agendas das Comissões do Conselho Nacional, e das
45 ações dessas Comissões. Explica sobre o planejamento integrado também entre as Comissões
46 visando o fortalecimento do próprio Conselho Nacional, de modo a consolidar estratégias e formas

47 de monitorar a Política Nacional de Assistência. Discorre que tendo em vista a realização da X
48 Conferência Nacional e o plano decenal realizado, destaca os elementos que surgiram na
49 Dimensão 2, a qual abordou o tema sobre “participação social como fundamento do Pacto
50 Federativo no SUAS”: a necessidade de ampliação, de fortalecimento de recursos para a
51 capacitação de Conselheiros nas diferentes instâncias; financiamento do próprio funcionamento
52 das instâncias de Controle Social; como envolver os usuários na própria avaliação dos serviços;
53 necessidade de autonomia e garantia de participação dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS
54 nas instâncias de controle; informação acessível sobre a política, mas em particular sobre as
55 instâncias de controle, e campanhas de mobilização, de sensibilização para maior envolvimento da
56 população nessas instâncias. Ressalta sobre a deliberação aprovada Dimensão 2, que trata da
57 revisão da proporcionalidade da representação dos seguimentos nos Conselhos, fala-se em 25%
58 de representação para o governo; 25% para as trabalhadoras; 25% para os usuários; e 25% para as
59 entidades. Informa que a grande demanda das conferências de diferentes temas, não somente de
60 Assistência Social, é o fortalecimento da atuação dos Conselhos como instâncias de Controle
61 Social. Pondera que os temas recorrentes são: Competências do Conselho; a criação,
62 fortalecimento da reestruturação, outras questões de estrutura para o funcionamento, a própria
63 composição; em torno de 500 deliberações, relativas aos outros mecanismos de Controle Social,
64 ao engajamento e a capacitação da sociedade para o controle da gestão; promoção de
65 transparência pública, de acesso a informações e dados públicos na Conferência de controle, com
66 a Conferência de transparência e Controle Social; diretrizes para a prevenção e combate à
67 corrupção. Complementa que muitos participantes dos processos participativos, seja em nível
68 municipal, estadual ou nacional, em alguns casos estão muito e cada vez mais sépticos em relação
69 aos processos de participação, não por falta de importância, mas sim de efetividade, e acrescenta
70 que tal situação fez com que boa parte dos autores e das autoras dessa área estejam fazendo um
71 balanço relativo aos processos potenciais, porque foi uma aposta muito grande. Entende que
72 alguns públicos podem estar sendo excluídos dos processos de diálogo, porque eles não se
73 adaptam com aquele formato, o que inviabiliza o efetivo Controle Social. Questiona se a
74 participação dos usuários podem ser ampliadas além de garantia de um assento nos Conselhos.
75 Realiza considerações sobre diferentes repertórios entre a sociedade e o MDS, questiona qual o
76 padrão será de relação entre Estado e sociedade que tem estabelecido no Sistema Único de
77 Assistência Social, se seria o padrão formal, ou mais informal, como ele acontece, de que maneira
78 ele poderia ser fortalecido, entende que talvez essas sejam perguntas para um processo de
79 planejamento. Registra que outro aspecto que é recente na bibliografia, seria falar em
80 capacidades estatais ou em recursos organizacionais para essa interação, assim como a burocracia
81 desenvolve repertórios, ou seja, alguns instrumentos para fazer, tem alguns recursos que são
82 necessários para o processo de participação acontecer, que não necessariamente estão presentes
83 em todas as áreas. Acrescenta que um último aspecto que a bibliografia especializada traz seria
84 que há diferentes formas para avaliar o funcionamento das instâncias, considera que talvez não
85 esteja avaliando da melhor forma o próprio funcionamento dessas instâncias. Pondera sobre o
86 que poderia indicar a qualidade dessas instâncias de Controle Social, chama atenção para o
87 instrumento que é o Observatório Internacional de Democracia Participativa, o qual desenvolveu
88 com quatro perguntas simples, mas que podem ser bem interessantes para se pensar o que é
89 qualidade na participação social ou no Controle Social. Primeiramente se perguntar naqueles

90 espaços quem participa tanto da extensa da participação relativa à quantidade de participações,
91 como da representatividade desses participantes, da diversidade dos sujeitos políticos presentes.
92 Uma outra pergunta seria em que se participa, bem como seria a relevância nos temas, no objeto
93 da participação, ou que os temas que são colocados em pautas são absolutamente irrelevantes,
94 questionar se os espaços que existem no Sistema Único de Assistência Social estão pautando as
95 questões de relevância para o avanço da Política Nacional de Assistência Social. A segunda
96 pergunta e para além de relevância; A terceira pergunta questiona como se participa; a outra
97 questão aborda quais são os efeitos da participação. Por fim, disponibiliza três questões
98 estratégicas a serem consideradas: qual seria o padrão de relacionamento entre o Estado e
99 sociedade que existe hoje nas instâncias de Controle Social do Sistema Único de Assistência Social;
100 quais são as formas de integração existentes entre as diferentes instâncias de Controle Social do
101 SUAS; quais são os recursos organizacionais necessários para o bom funcionamento das instâncias
102 de controle. Considera importante questionar se é necessário que estruturas administrativas
103 sejam fitas exatamente com as mesmas formas nos Estados e municípios. Indica o livro sobre
104 efetividade das instituições participativas no Brasil, que foi editado pelo IPEA em 2011, e sugere o
105 site do IPEA voltado à participação, que é IPEA.gov.br/participacao, o qual possui diferentes
106 materiais para consultas. O Presidente Eivaldo agradece a apresentação do Sr. Clóvis, abre para
107 inscrições dos Conselheiros e questiona como deve se dar um plano do Conselho para que seja
108 melhor aproveitada a experiência, conhecimento do palestrante para exercício nesses dois dias
109 que seguem. A Conselheira Jucileide concorda com a dificuldade do CNAS em trabalhar com a
110 intersetorialidade. O Conselheiro Carlos Nambu acrescenta sobre a dificuldade na tradução de
111 algumas linguagens técnicas, tanto para os próprios Conselheiros e para entendimento da
112 sociedade civil, principalmente no que se refere ao orçamento. A Conselheira Márcia Góes
113 questiona sobre o CNAS pode ser visto pelos Municípios como o que o realmente representa e não
114 como uma instância normativa. A Vice-Presidente Léa cumprimenta a todos e questiona como
115 pode haver melhoria na dinâmica relacionada a função da vigilância social e a função da defesa
116 institucional, sendo que essa última dialoga fortemente com os objetivos do Conselho em se
117 fortalecer enquanto participação social e também no controle social da Assistência. O Sr. Clóvis
118 entende que é necessário para que um planejamento seja fortalecido é diferenciar no processo de
119 planejamento que será vivenciado nos próximos dois dias, os conteúdos que precisam ser tratados
120 e a forma como eles serão desenvolvidos. Entende que forma e conteúdo precisam ser integrados,
121 diferenciados nesses dois dias. Em relação a intersetorialidade sugere que sejam realizadas
122 agendas conjuntas e reuniões conjuntas de Conselhos para tratar de determinados temas, como,
123 por exemplo, o Conselho Nacional de Assistência Social reunido no mesmo dia, no mesmo horário,
124 com a mesma pauta, com o Conselho Nacional de Saúde para enfrentar uma determinada questão
125 que é conjunta, e dessa forma não seja necessário criar outro Conselho. Considera a ideia de criar
126 um Fórum Interconselhos de Seguridade social seja mais forte do que fazer um Conselho de
127 seguridade social. Entende a importância do CNAS apresente um perfil engajado no
128 monitoramento dessas normativas, e mais do que fazer novas normas, porque a norma anterior
129 não estava funcionando, e fazer implementar a norma anterior. Sugere ações de caravana, de
130 fiscalização estadual e municipal que podem ser feitas pelo Conselho para que o monitoramento
131 se efetive. Assevera que o papel do Conselheiro governamental perante as reuniões tripartite e
132 bipartite seja como um canal de comunicação perante as informações que acontecem, as

133 decisões, as deliberações que são conjunta. O Presidente Edivaldo concorda com as considerações
134 do Palestrante, especialmente no sentido do Conselho ter o devido cuidado para não apresentar
135 normas a serem seguidas sem considerar a possibilidade ou não de aplicação devido a
136 características e especificidades dos Municípios e Estados. **Item – Aprovação das atas da Reunião**
137 **Ordinária do CNAS de número 239ª e a 1ª Reunião Extraordinária realizada em 07 de dezembro**
138 **de 2015.** Aprovadas as Atas após submetida ao colegiado. **Item – Apresentação da pauta da 240ª**
139 **Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.** A Vice-Presidente Léa
140 realiza expõe a referida pauta: Brasília, Distrito Federal. No dia 15/02/2016 – Inicia com a nossa
141 Plenária, já inicialmente 9h30 às 9h40 – Aprovação das atas da Reunião Ordinária do CNAS de
142 número 239ª e a 1ª Reunião Extraordinária realizada em 07 de dezembro e da pauta dessa reunião
143 de número 240ª Reunião Ordinária no período de 9h40 às 11h15 – Palestras e debate: “A
144 importância do planejamento, do Controle Social do SUAS, questões estratégicas a serem
145 consideradas” com a presença do Dr. Clóvis Henrique Leite de Souza, Doutor em ciência política
146 pela UnB e pesquisador e colaborador do IPEA na área de participação e Controle Social. Para o
147 período de 11h15 às 12h30 está dedicado aos informes do Conselho Nacional de Assistência
148 Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Fórum Nacional de
149 Secretários de Estado da Assistência Social, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
150 Assistência Social, da Comissão Intergestores Tripartite e dos diversos Conselheiros. De 14h às 17h
151 avaliação da X Conferência Nacional de Assistência Social, com a presença de representação,
152 inclusive da Relatoria. No horário de 17h às 19h reunião da Presidência Ampliada e ao mesmo
153 tempo a reunião da Comissão de Ética, 16/02/2016, está dedicado ao planejamento integrado do
154 Conselho Nacional de Assistência Social, de 9h às 18h atividades em Plenária e em grupo,
155 conforme a dinâmica. Dia 17/02/2016 – Plenária e Planejamento Integrado do CNAS; de 9h às 10h
156 – Relato da Presidência Ampliada; de 10h às 18h – Continuação do Planejamento Integrado do
157 Conselho. Aprovada a pauta após submetida a apreciação do Pleno. **ENCERRAMENTO.** O
158 Presidente Edivaldo encerra a reunião para almoço, convidando a todos para retornarem às 13:30.
159 **ABERTURA.** O Presidente reinicia a reunião e solicita a conferência do quórum. A Secretária
160 Executiva Maria Auxiliadora saúda a todos e realiza a conferência do quórum: Conselheiros
161 titulares presentes: Bárbara Campos; Léa Braga; Célia Lima; Maria Lúcia Marquim; Thiago Cabral;
162 Cláudia Faquinote; Márcia Rocha; Alceu Kuhn; Anderson Miranda; Samuel Rodrigues; Clátia Vieira;
163 Edivaldo Ramos; Patrícia Vieira. Conselheiros no exercício da titularidade: Laís Mendonça; Denise
164 Gonçalves; Conselheiro Anderson ela está no exercício da suplência. Eufrásia Agizzio. Conselheiro
165 titular presente: Alceu Kuhn, os suplentes: Márcia Góes; Carlos Nambu; Naelson Ferreira;
166 Dulcinéia Francisco; Aldenora Gonzáles; Margareth Dallaruvera; Jucileide Nascimento. **Item –**
167 **Informes SNAS.** O Sr. Allan informa sobre as medidas pós-publicação da Portaria 103/2015, que é
168 a Portaria que regulamenta o cofinanciamento federal na nova lógica de blocos de financiamento.
169 No dia 21/02/2016 o Fundo Nacional junto com o Banco do Brasil conseguiram abrir todas as
170 contas novas já vinculadas ao CNPJ dos Fundos Municipais, dos estaduais de Assistência Social.
171 Acrescenta que nesse período de transição a atividade mais importante que o gestor deve fazer
172 primeiramente, é regularizar a conta nova aberta com a documentação necessária e realizar
173 transferência dos recursos das contas antigas para as novas contas, o gestor deve fazer todo esse
174 procedimento no prazo de 120 dias a contar da abertura dessas contas no blog do Fundo Nacional
175 tem, inclusive por município uma relação de contas antigas para as contas novas indicando quais

176 são as contas que devem receber os valores das contas antigas. Pondera que com a nova Portaria
177 de blocos de financiamento várias questões começaram a ser regulamentadas, como, por
178 exemplo, a aplicação financeira dos recursos, de recursos do âmbito do SUAS, e que o gestor tem
179 a liberdade de retirar da aplicação financeira ou aplicar na poupança. O que é realizado pelo Banco
180 do Brasil é que o recurso que fica na conta corrente, a Portaria também disciplina a execução
181 eletrônica de recursos. Informa que no aplicativo do Banco do Brasil que os gestores estão
182 acostumados a visualizar saldos, extrato e realizar também pagamentos, essa nova modalidade de
183 execução eletrônica, fazendo com que todo o recurso fique identificado, dando maior
184 transparência para os Conselhos municipais, estaduais e para o governo federal também para
185 aonde que está indo o recurso. Complementa que a Portaria permitiu uma norma clara com
186 relação à vedação de retirar o recurso das contas vinculadas para repassar para qualquer conta
187 centralizadora ou qualquer outro mecanismo que venha a ser utilizado por alguns gestores.
188 Solicita a ajuda do Conselho Nacional de Assistência Social, o auxílio na campanha de
189 comunicação, para informar aos gestores com relação à importância da regularização dessas
190 contas novas abertas e da transferência das contas antigas para as contas novas. Registra que o
191 Fundo Nacional de Assistência Social tem uma equipe de atendimento que pode auxiliar em todo
192 esse processo, também há parcerias e apoio nessa transição o próprio Banco do Brasil, que
193 também está capacitando todos os seus Gerentes para dar o suporte necessário aos gestores
194 municipais de Assistência Social. Encaminhamento: O Sr. Allan informa que o prazo são 120 dias a
195 partir do dia 21/02/2016. A Conselheira Célia questiona se todos os Estados vão ter essa conta
196 para depositar o cofinanciamento independentemente de ter ou não convênio com o Banco do
197 Brasil. O Sr. Allan explica que a regra básica é: se o recurso será utilizado antes de 30 dias, deve ser
198 concentrado na aplicação de curto prazo, é a aplicação que a própria conta faz. Se for utilizar o
199 recurso, com base em um planejamento para utilizar esse recurso em dois meses, esse recurso
200 seria melhor aplicado na poupança. **Informes MDS**. A Conselheira Bárbara informa que o combate
201 ao mosquito transmissor da Dengue, Zika Vírus e febre Chikungunya, foi objeto da teleconferência
202 de hoje de manhã, em que a Secretária Nacional, Ieda Castro explicou um pouco as ações que
203 estão pensadas pelo Ministério, pela SNAS, em especial em relação à prevenção, a acolhida os
204 cuidados e proteção. Acrescenta que o Ministério está preparando uma Instrução Operacional
205 Conjunta das redes de Assistência Social e de saúde para enviar aos Estados e aos municípios, que
206 traz um pouco as informações sobre o próprio plano, como, quais são as ações que devem ser
207 desenvolvidas pelas equipes, tanto de Assistência Social, quanto de saúde, como será feita essa
208 articulação nas ações de prevenção e de combate ao mosquito e de apoio e atenção às famílias.
209 Complementa que no dia 19 de fevereiro, o Dia da Mobilização da Assistência Social contra o
210 mosquito Aedes Aegypti. O segundo Informe trata-se que nos dias 23 e 24 de fevereiro aqui
211 Brasília, a SNAS está promovendo, um Encontro Técnico para Qualificação das Ofertas do SUAS
212 junto com as associações Pestalozzi e as APAEs. Essa é uma reunião técnica, que tem sido
213 organizado pela SNAS, em especial, pelo Departamento da Rede Privada do SUAS. O Presidente
214 Eivaldo propõe para tentar viabilizar convites para que essas organizações participem, dada a
215 dificuldade do MDS custear despesas dessas entidades, informa sobre a importância de discutir a
216 possibilidade de tentar viabilizar a participação de algumas dessas entidades que já compõe esse
217 Conselho, informa que trata-se de um tema que levará para a Presidência Ampliada. A Conselheira
218 Denise informa que a SAGI vai fazer uma apresentação junto com a SNAS sobre os resultados

219 atuais do CapacitaSUAS no período de março. **Informe FONSEAS** - A Conselheira Célia informa que
220 o FONSEAS solicitou ao CONGEMAS um espaço nos encontros regionais e nacional para discutir
221 juntamente com município e o próprio MDS as prioridades, bem como do novo pacto e avaliar o
222 pacto anterior, desse modo o CONGEMAS cedeu espaço para o FONSEAS, serão cinco Encontros
223 Regionais do FONSEAS dentro do encontro do CONGEMAS e no Encontro Nacional terá também o
224 Encontro Nacional do FONSEAS, para estar trabalhando junto com o MDS e os municípios as novas
225 prioridades para o Pacto de Aprimoramento do SUAS. **Informe CONGEMAS**. A Conselheira Maria
226 Lúcia informa que na próxima quinta e sexta, 18 e 19/02 em Campo Grande, será o Encontro da
227 Região Centro-Oeste, 17 e 18 de março em Venda Nova dos Imigrantes, que é a região Sudeste, 23
228 e 24 de março vai ser em Boa Vista, em Roraima, na regional Norte. 28 e 29 de março a regional
229 Nordeste em Natal, 14 e 15 de abril em Foz do Iguaçu na regional Sul, também chocando com a
230 nossa agenda aqui do CNAS para a gente ver o que se pode e como pode ainda ser feito. E
231 culminando de 23 a 25 o encontro nacional em Brasília. O Presidente Edivaldo solicita que as
232 Conselheiras Maria Lúcia e Márcia Góes, façam a tentativa junto ao CONGEMAS de um estudo
233 com relação aos conflitos de datas com as reuniões do CNAS. A Conselheira Maria Lúcia esclarece
234 que já foi realizado um esforço em relação as datas, porém sem êxito, e que tal alteração fica
235 muito nas mãos dos COEGEMAS e dos Estados que estão recepcionando os regionais. **Informes**
236 **CIT**. O Conselheiro Naelson informa que a primeira reunião da CIT de 2016 acontecerá no dia 02
237 de março. **Informes dos Conselheiros**. O Conselheiro Anderson, informa que o CONANDA emitiu
238 um informe no sentido de serem contrários a adesão compulsória das mulheres em situação de
239 rua, que tem seus filhos e são tirado delas, por uso de drogas como o crack. Questiona aos
240 Conselheiros do MDS sobre o motivo da imigração de tantas pessoas da Angola, acrescenta que o
241 movimento vai fazer um encontro do dia 25 a 28 de fevereiro em Goiânia, é aniversário do
242 Movimento Nacional de Goiás em Goiânia, o qual completará um ano de movimento, e ocorrerá
243 um seminário e um encontro. E foi solicitado como tema da proposta esse encontro em reuniões
244 da Coordenação Nacional da População de Rua, aonde a SNAS deu toda a atenção. Informa que no
245 local onde funcionava um albergue se tornará a sede do Movimento Nacional de População de
246 Rua de São Paulo, o Viaduto Pedroso hoje será a sede do Movimento Nacional de População de
247 Rua com documento cedido pela prefeitura de São Paulo, que o concedeu por tempo
248 indeterminado ao Movimento Nacional. E por fim, informa que novembro de 2015 foram
249 disponibilizadas 100 câmeras para 100 moradores em situação de rua para eles fotografarem a
250 cidade de São Paulo, e o resultado desse trabalho foi um calendário, essa ideia resultou de uma
251 parceria com uma organização internacional e com uma organização em São Paulo chamada
252 Organização de Auxílio Fraternal, todo o recurso que foi vendido esse calendário já foi revertido
253 para eles e uma parte doadas para algumas organizações, e o movimento de São Paulo foi
254 contemplado. O Conselheiro Samuel registra o ótimo trabalho do CRAS Havaí Ventosa de Belo
255 Horizonte, e relata também de sua experiência em um episódio vivido no encerramento das
256 atividades do Centro POP e também de Belo Horizonte, onde no dia 17 de dezembro, a guarda
257 municipal faz a segurança desses espaços do serviço de acolhimento em Belo Horizonte e do
258 serviço de República, e do Centro POP, a guarda acabou por agredir um companheiro, um
259 morador de rua naquela cidade e o Conselheiro interveio e nessa intervenção foi detido e
260 conduzido para a delegacia. **Informes da Presidência e Secretaria-Executiva**. A Vice-Presidente
261 realiza a leitura dos referidos informes: *“Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva. ‘I)*

262 Ausências justificadas: a Conselheira Maria José de Freitas na manhã do dia 15 e à tarde do dia 16,
263 devido a compromissos institucionais; a Conselheira Solange Teixeira no dia 15, na Plenária, devido
264 a compromissos institucionais; a Conselheira Mariana Souza Silva nessa reunião por estar em
265 férias no período; o Conselheiro Fábio Bruni nessa reunião por estar em férias no período; o
266 Conselheiro Anderson Miranda nessa reunião por representar o CNAS na reunião do GT, Criança e
267 Adolescente em Situação de Rua do CONANDA. II) Convocações e participação: os (as) Conselheiros
268 (as) titulares integrantes da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência
269 Social foram convocados para a reunião preparatória com a equipe de Relatoria da X Conferência
270 Nacional de Assistência Social realizada no dia 06 de dezembro de 2015, às 15h; os (as)
271 Conselheiros (as), titulares e suplentes, foram convocados para Reunião Extraordinária do CNAS no
272 dia 07 de dezembro de 2015, de 9h às 12h, e para a X Conferência Nacional de Assistência Social,
273 no período de 07 a 10 de dezembro de 2015 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em
274 Brasília, Distrito Federal; os Conselheiros nacionais, titulares e suplentes, foram convocados para a
275 240ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, a ser realizado no período de
276 15 a 17 de fevereiro de 2016 em Brasília, DF; o Conselheiro Naelson Ferreira foi convocado para a
277 Reunião Ordinária da CIT de número 145ª, que será realizada no dia 02 de março em Brasília, DF; o
278 Conselheiro Thiago Cabral foi convocado para a 1ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de
279 Aprendizagem, a ser realizada no dia 30/03/2016 em Brasília; os Conselheiros Alceu Kuhn,
280 Anderson Miranda e o Presidente do CNAS participarão do encontro do CONGEMAS, região Centro-
281 Oeste, nos dias 18 e 19 de fevereiro em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. III) Participações e
282 convidados: a equipe de Relatoria da X Conferência Nacional de Assistência Social foi convidada
283 para a Reunião Ordinária do CNAS no dia 15, de número 240ª, para a reunião de fechamento dos
284 anais no dia 16 de fevereiro; o Professor Clóvis Henrique Leite de Souza foi convidado para
285 participar da Reunião Ordinária do CNAS de número 240ª, no dia 15 de fevereiro para abordar
286 sobre 'A importância do planejamento e Controle Social do SUAS, questões estratégicas a serem
287 consideradas'. IV) E-mails enviados aos Conselheiros do CNAS: comunicados do CNAS número
288 02/2015, X Conferência Nacional de Assistência Social; teleconferência sobre a X Conferência
289 Nacional de Assistência Social. Esclarecimentos da Secretaria-Executiva sobre a Resolução Processo
290 Eleitoral da sociedade civil, gestão 2016-2018; Ata e gravação da Reunião Ordinária de número
291 239ª do CNAS; INFOSUAS 30/11/2015, X Conferência Nacional de Assistência Social, reúne 1,4 mil
292 Delegados; o INFOSUAS Especial de 07/12/2015, Conferência Nacional de Assistência Social,
293 primeiro dia, calendário de reuniões do CNAS em 2016, atualizado; INFOSUAS 17/12/2015 –
294 Conselho Nacional de Assistência Social, convoca eleição; INFOSUAS 07/01/2016 – Financiamento
295 da Assistência Social evolui a partir de 2016; INFOSUAS 21/01/2016 – A Assistência Social e PAA
296 melhoram vida de beneficiários do Bolsa Família em Luziânia Goiás; INFOSUAS 28/01/2016;
297 INFOSUAS 05/02/2016 – MDS mobiliza a Assistência Social para enfrentar o mosquito Aedes
298 Aegypti. Pauta da Reunião Ordinária do CNAS de número 240ª; Ata e gravação da Reunião
299 Extraordinária do CNAS de 07/12/2015; envio da Resolução CNAS 14/2015; informe da
300 participação em foco de número 42 do IPEA; informe Rede @ Alimento, Brasil Saudável,
301 Sustentável, Banco de Alimentos, Alimentação escolar 02/02/2016; Teleconferência apresenta
302 Plano de Ação do MDS no combate ao Aedes Aegypti e o enfrentamento à Microcefalia...” Deve
303 ser, não é? Na verdade, não é enfrentamento à Microcefalia, é o enfrentamento ao mosquito e às
304 consequências que ele gera, não é? “Teleconferência apresenta Plano de Ação do MDS no

305 *combate...” Ah é, acabei de ler. “Apresentação do doutor Clóvis Henrique da ‘Importância do*
306 *Controle Social no SUAS, questões estratégicas a serem consideradas’.* O 4.2 é o CNAS Informa:
307 *“Campanha contra corte orçamentário do Bolsa Família, 15 de dezembro 2015; regras sobre o*
308 *processo eleitoral da sociedade civil no CNAS é divulgado 16 de dezembro de 2015; processo*
309 *eleitoral da sociedade civil no CNAS 04 de fevereiro de 2016; confira nota, data da Reunião*
310 *Ordinária do CNAS de fevereiro, 05 de fevereiro de 2016; o papel de cada cidadão no combate ao*
311 *mosquito Aedes Aegypti e no controle social visando eliminar os seus criadouros dia 12 de fevereiro*
312 *de 2016. O 4.3) Resoluções e Portarias: Resolução CNAS de número 14/2015, divulga matéria*
313 *publicada no Diário Oficial da União de 15/12/2015 referente ao processo eleitoral dos*
314 *representantes da sociedade civil, período de 2016 a 2018. 5) Audiência: A Secretária-Executiva*
315 *substituta do CNAS, Maria Auxiliadora, o Chefe de Serviços José Ranieri Braga e a Coordenadora de*
316 *Financiamento e Orçamento de Assistência Social, Suzany Oliveira, atenderam em audiência no dia*
317 *13 de janeiro às 10h as Sras. Silmara Vieira, Deise Leite e Leila Isvertz do Ministério do Meio*
318 *Ambiente para tratar troca de experiências sobre a estrutura e funcionamento do CNAS. 6) Outros:*
319 *O governo federal está desenvolvendo várias ações para enfrentar o aumento de Microcefalia no*
320 *país. Diante disso, o MDS em conjunto com outros órgãos do governo federal, tem desenvolvido*
321 *ações internas de conscientização para o combate ao mosquito Aedes Aegypti. Panfletos*
322 *orientadores, palestras informativas e vídeos sobre o combate ao mosquito vão ser divulgados em*
323 *todos os setores do MDS para que todos possam fazer a sua parte e orientar outras pessoas na*
324 *campanha ‘O Mosquito não é Mais Forte que um País Inteiro’.* No dia 29/01 agentes da Vigilância
325 *Sanitária do Distrito Federal estiveram no Conselho Nacional de Assistência Social para orientar os*
326 *servidores sobre a prevenção sobre o mosquito da Dengue, Chikungunya e Zika. E no dia 11/02*
327 *servidores do MDS estiveram no CNAS para fornecer dicas de como agir na prevenção e no*
328 *combate ao mosquito e para entregar material da campanha. O Presidente do CNAS, Edivaldo*
329 *Ramos e a Vice-Presidente Léa Braga, participaram de reunião com a Ministra de Estado do*
330 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, Tereza Campello, e representantes do FONSEAS e*
331 *CONGEMAS no dia 04 de fevereiro para discutir sobre as ações do MDS no combate ao mosquito*
332 *Aedes Aegypti. Na mesma data, ocorreu uma reunião com a Secretária Nacional de Assistência*
333 *Social e demais Secretarias e diretorias para debater sobre a formação de um Grupo de Trabalho*
334 *que fará debater referente à construção do Plano Decenal. 7) Aniversariantes de dezembro de*
335 *2015 e janeiro e fevereiro de 2016: O Samuel Rodrigues, 11 de dezembro; corrigindo, Samuel*
336 *Rodrigues, 17 de dezembro; Márcia de Carvalho de Rocha, 26 de dezembro; Naelson Ferreira, 18*
337 *de janeiro; Alceu Kuhn, 02 de fevereiro; Eufrásia Agizzio, 08 de fevereiro; Clátia Regina, 10 de*
338 *fevereiro; e Fábio Moassab 20 de fevereiro. Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS, Maria*
339 *Auxiliadora Pereira, Secretária-Executiva Substituta do CNAS.”. **Item - Avaliação da X Conferência***
340 **Nacional de Assistência Social.** O Professor Célio informa que a avaliação acontece no contexto de
341 sucesso da Conferência, de maneira geral. Explica que a avaliação será feita com base em algumas
342 diretrizes estipuladas considerando especialmente o pacto federativo. A primeira delas é uma
343 diretriz de que as contribuições da Conferência para a consolidação do SUAS republicano,
344 federativo com o pacto de ampliação da Proteção Social; O segundo pressuposto a ser
345 considerado é que o processo conferencial, deve ser ao mesmo tempo um indutor e um reflexo da
346 democratização e participação da Política de Assistência Social; Terceiro pressuposto é de que as
347 possibilidades de avanços considerando as dimensões, sobretudo, a da dignidade humana, da

348 participação social, a ampliação e a garantia dos direitos sociais e ainda a qualificação do trabalho
349 no SUAS; quarto pressuposto é que as deliberações, como conteúdo essencial para a elaboração
350 do Plano Decenal, sobretudo, considerando as realidades específicas e regionais; quinto
351 pressuposto considera a Conferência como balizadora das funções de controle e de direção
352 prospectiva do SUAS. Com relação ao roteiro sugerido destaca que o primeiro ponto do roteiro é
353 uma avaliação dos Conselheiros, em relação à preparação, formato e infraestrutura da
354 Conferência Nacional, nesse sentido sugere-se que seja avaliado que fossem abordados alguns
355 tópicos, o primeiro deles: o processo a antecedeu as conferências e o formato, até a nacional,
356 todas as variáveis que envolveram a realização das conferências nos municípios, Estados e no
357 Distrito Federal; o segundo tópico é o balanço da mobilização e participação envolvendo
358 Delegados, convidados, autoridades, uma análise qualitativa de processo mobilizatório; um
359 terceiro tópico seria a programação da própria Conferência, a sua dinâmica, a organização dos
360 conteúdos, a temática e assim elementos do próprio momento de Conferência; mais um tópico
361 nesse item, que é o prêmio de mérito do CNAS, até que ponto, de que forma ele está se inserindo
362 no conjunto do processo conferencial; mais um elemento nesse mesmo item seria o papel da
363 Relatoria, que papel ele cumpre, ele há de cumprir, se cumpriu, enfim; e o último elemento dentro
364 do primeiro eixo avaliativo seria da infraestrutura de maneira geral, o planejamento e a execução
365 da Conferência. Um segundo eixo avaliativo procura a avaliação qualitativa, política e de
366 perspectivas para o SUAS, a partir da X Conferência Nacional. Sugere-se que sejam
367 considerados, em primeiro lugar os conteúdos abordados no painel de avaliação, aquele painel
368 que foi realizado no primeiro dia de Conferência, até que ponto os conteúdos dele contribuíram
369 com esse processo; as próprias rodas de conversas, as Plenárias por dimensão e por região; depois
370 a participação nos debates, a participação de todos os Delegados, Delegadas durante o processo
371 conferencial; próximo tópico a dimensão técnico-política das propostas e moções aprovadas, das
372 deliberações aprovadas na Conferência, uma avaliação técnico-política da qualidade desse
373 material; próximo tópico a participação dos municípios e Estados, DF e do próprio Governo
374 Federal, enfatizando especialmente a participação pública, não só governamental, mas do ente
375 público, inclusive em relação aos Conselhos; o próximo tópico indaga ou solicita que abordemos
376 também a participação dos seguimentos da sociedade civil, especialmente entidades, usuários e
377 trabalhadores, outro tópico seria a participação dos Conselheiros e Conselheiras e da própria
378 Relatoria durante a Conferência Nacional, qual foi o papel exercido, de que forma contribuiu com
379 o resultado final, tanto dos Conselheiros e Conselheiras, quanto da Relatoria; e por último, o lugar
380 das conferências na consolidação do SUAS, nos três âmbitos: municípios, Estados, DF e União.
381 Qual é o papel, o lugar ocupado na Conferência na consolidação do SUAS. Acrescenta ainda
382 proposta de abordagem no sentido de a agenda futura do Conselho Nacional de Assistência Social
383 como desdobramento da Conferência. Um primeiro elemento seria o Conselho e o
384 monitoramento das deliberações da Conferência Nacional, um segundo tópico seria a
385 responsabilidade de expectativas do Conselho em relação à construção do Plano Decenal, de que
386 maneira vem o encadeamento, inclusive entre a Conferência Nacional e essa construção. Em
387 seguida realiza a leitura das diretrizes: *“1) As contribuições da Conferência para consolidação do
388 SUAS republicano, federativo com o pacto de ampliação da Proteção Social; 2) O processo
389 conferencial como indutor e reflexo da democratização e participação na Política de Assistência
390 Social; 3) As possibilidades de avanços considerando as dimensões, sobretudo, da dignidade*

391 *humana, participação social, ampliação e garantia dos direitos sociais e a qualificação do trabalho*
392 *no SUAS; 4) Deliberações como conteúdo essencial para a elaboração do Plano Decenal, sobretudo,*
393 *considerando as realidades específicas e regionais; 5) A Conferência como balizadora das funções*
394 *de controle e de direção prospectiva do CNAS.”. A Conselheira Maria Lúcia, destaca a não*
395 *realização de moções contra o CNAS, entende que a premiação não obteve o destaque merecido,*
396 *pelo horário que foi realizada. A Conselheira Célia registra que para sua delegação a X Conferência*
397 *Nacional foi uma melhores conferências que já aconteceram na Assistência Social, entende que os*
398 *informes devem ser feitos mais cedo na próxima conferência e que a participação do CNAS nas*
399 *Conferências Municipais e Estaduais também contribuíram para o sucesso da Conferência, e*
400 *registra seu descontentamento em relação a premiação do mérito, e alguns delegados*
401 *reclamaram por ter havido apresentações das delegações. A Conselheira Jucileide sugere a*
402 *realização de um documento para os Conselhos Estaduais ou Conselhos Municipais pedindo esse*
403 *feedback sobre a participação na X Conferência Nacional. A Conselheira Denise entende que a*
404 *dinâmica das rodas de conversas podem ser melhoradas, sentiu falta da foto final com o*
405 *Presidente, elogiou o grupo que recebia as pessoas na entrada do Centro de Convenções. O*
406 *Professor Carlos Ferrari sugere que seja criado um instrumental específico para a avaliação dos*
407 *Conselhos, já que foram entregues apenas 19 formulários. A Conselheira Dulcineia parabeniza a*
408 *equipe técnica do CNAS na resolução dos problemas, e destaca a grande participação dos usuários*
409 *na X Conferência, todavia considera pouca a participação das entidades e o calor das salas*
410 *incomodou a todos. O Conselheiro Naelson avalia a Conferência como bastante participativa com*
411 *destaque para a participação da Sociedade Civil. A Conselheira Margareth considerou que as*
412 *resoluções dos problemas foram rápidas e que houve um salto qualitativo na discussão da política*
413 *durante a Conferência, inclusive pela discussões regionalizadas, entende que a participação do*
414 *Conselheiros Nacionais foi pequena e que a dinâmica das Rodas de Conversas se assimilaram com*
415 *palestras e informa que sentiu falta de temas relacionados com o sistema de justiça. O Conselheiro*
416 *Anderson ressalta que o problemas ocorridos com a hospedagem foi um erro do hotel, que*
417 *apresentou um serviço antes da conferência e depois não cumpriu com o prometido, e de um*
418 *modo geral considerou a X Conferência muito boa. O Conselheiro Alceu pondera que não foi*
419 *possível prever algumas questões relacionadas a acessibilidade, todavia, parabeniza a todos pela*
420 *realização da Conferência. A Conselheira Telma destaca o protagonismo do CONGEMAS e*
421 *FONSEAS e participação da Ministra Tereza Campello. A Conselheira Patrícia registra a*
422 *importância da equipe técnica, assim como os demais Conselheiros parabeniza a equipe de*
423 *Relatoria e considerou o estande do CNAS pouco atrativo. O Conselheiro Samuel parabeniza a*
424 *todos pela realização da Conferência. A Conselheira Márcia Góes pondera sobre a possibilidade de*
425 *aumentar o número de participantes. A Vice-Presidente Léa considerou a X Conferência bastante*
426 *exitosa, aponta houve uma confusão entre direito e privilégio por parte dos participantes da*
427 *conferência, pois nada era suficiente para eles, porque é uma falsa ideia, uma avaliação de que foi*
428 *uma conferência que não soube planejar e que não soube avaliar, o que não é verdade. Em*
429 *relação ao problema com o hotel, informa deu muito mais trabalho convencer com algumas*
430 *delegações, de sair do hotel do que de ficar, por fim, entende que a falta de entrega das avaliações*
431 *demonstram que não houveram tantas reclamações, pois quando as pessoas estão insatisfeitas*
432 *fazem questão de entregar as avaliações com suas críticas. O Conselheiro Thiago destaca o*
433 *lançamento do Fórum Representativo das Entidades. A Conselheira Clátia considera importante o*

434 acompanhamento das deliberações da Conferência. O Presidente Edivaldo sugere que o formato
435 inovador da X Conferência seja utilizado nas próximas, considera importante buscar estratégias de
436 como mobilizar a participação nos Estados, destaca que a infraestrutura superou as expectativas,
437 registra que as deliberações e esse debate todo posto na conferência vai servir como um
438 excelente referencial, o trabalho excelente da equipe de servidores do CNAS, ressalta que a
439 vontade dos delegados seja observado no Plano Decenal, e por fim, parabeniza a todos pela
440 realização da X Conferência. O Professor Célio avalia primeiramente que em relação a organização,
441 alimentação, espaço físico não há reparos em relação ao que todos colocaram, foram adequados,
442 os problemas são pequenos e suficiente para serem relevados, em termos de infraestrutura, uma
443 observação em relação à qualidade da Internet, em relação a filmagem do trabalho dos grupos, a
444 grande plenária foi toda filmada, foi toda gravada, mas os grupos foram momentos muito ricos,
445 especialmente o momento das plenárias por região e isso não ficou registrado em vídeo. Reafirma
446 a importância da retomada da discussão central da política de Assistência Social e especialmente a
447 reafirmação da responsabilidade pública do Estado e ressaltando a construção do Plano Decenal.
448 Com relação à participação dos delegados, em primeiro lugar há um reconhecimento por parte
449 dos delegados dos benefícios como parte da política de Assistência Social, sobretudo, na fala dos
450 usuários, destaca que houve um apelo muito forte em várias falas pelo acesso universal aos seus
451 direitos, as políticas públicas, acrescenta que está presente nas deliberações, vários segmentos
452 específicos demandando a ampliação, universalização do acesso. Observa que houve expressão
453 bastante individualizada por parte da demanda dos usuários muitos falando da sua demanda
454 pontual, focal pouco coletivizada, ou seja, isso indica a necessidade de investimento ainda maior
455 no trabalho de base nos serviços para que a participação dos usuários seja um reflexo de um
456 coletivo, observa-se também que houve fragilidade política nas discussões. A Conselheira Márcia
457 Lopes destaca a importância do documento denominado SUAS 10, informa que estará viajando
458 para República Dominicana e acrescenta que vários países da América Latina: Caribe e África estão
459 interessados em conhecer os sistemas públicos brasileiros, registra também a importância da
460 presença da Presidente na Conferência. Entende que o Plano Decenal vai exigir desse conselho e
461 vai exigir das instâncias de pactuação, de controle deliberativas um trabalho maior. O Professor
462 Carlos Ferrari agradece a confiança na equipe de Relatoria e parabeniza a equipe da Secretaria
463 Executiva. A Relatora Denise Colin compreende que devem ser introduzidas maiores discussões de
464 gênero e raciais. A Relatora Maria Luíza informa que aprendeu na Conferência que até a mais
465 simples deliberação tem um conteúdo político a ser enfrentado, a ser debatido e a ser construído.
466 **ENCERRAMENTO.** O Presidente Edivaldo agradece e parabeniza a todos pela realização da
467 Conferência, encerra o primeiro dia de reunião, e convida a todos a retornarem às 9:00h do dia
468 seguinte. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicita à Secretária Executiva a
469 verificação de quórum. A Secretária Executiva Maria Auxiliadora registra os Conselheiros Titulares
470 presentes: Telma Maranhão; Léa Braga; Elise Andreolla; José Crus; Célia Lima; Thiago Cabral;
471 Cláudia Faquinote; Márcia Rocha; Alceu Kuhn; Anderson Miranda. O Anderson ainda não chegou,
472 mas está prevista a chegada dele. Samuel Rodrigues; Clátia Regina Vieira; Edivaldo Ramos; Patrícia
473 Vieira. Conselheiros suplentes presentes: Maira Almeida; Carlos Nambu; Naelson Ferreira;
474 Dulcinéia Francisco; Carmem Fogaça; Eufrásia Agizzio; Margareth Dallaruvera; Jucileide
475 Nascimento; Leovane Gregório. E a conselheira Márcia Góes. A Vice-Presidente Léa registra o
476 retorno da Secretária Executiva Mercês e cumprimenta a Secretária Executiva Substituta Mara

477 Auxiliadora. A Secretária Executiva Mercês agradece ao Conselho, informa que se sente honrada
478 em retornar ao Cargo de Secretária Executiva e se disponibiliza em dar continuidade ao trabalho
479 da melhor forma. **Item – Planejamento Integrado do Conselho Nacional de Assistência Social.** O
480 Presidente Edivaldo informa que a proposta trata-se de uma perspectiva de um plano de dois
481 anos, em seguida convida o Sr. Marco Garbelotti - SPO/MDS, para discorrer sobre o
482 planejamento. O Sr. Marcos Garbelotti e o Sr. James Silva - SPO/MDS, explicam como se dará o
483 planejamento durante os dois dias de reunião, serão discussões internas e com a presidência
484 ampliada, no presente momento serão colhidas propostas dos Conselheiros, além de deliberações
485 da X Conferência Nacional de Assistência Social, os conteúdos da NOB, o Regimento Interno do
486 Conselho Nacional de Assistência, o Plano Decenal que está sendo construído, mas que cujo
487 conteúdo já está sendo circulado, os achados do professor Clóvis Henrique, dentre outros
488 insumos, ou o que está posto no PPA. No período da tarde serão buscadas informações nas
489 Comissões temáticas, acrescenta que na quarta à tarde serão apresentadas as considerações finais
490 do trabalho para todo o conselho. O Conselheiro Carlos Nambu questiona como se dará o
491 planejamento considerando a questão da LOAS, tendo em vista que muitas ações requerem
492 recursos. O Sr. Marco Garbelotti esclarece que a não conclusão do orçamento não impede a
493 continuidade e a elaboração do que realmente o CNAS desejaria como visão daqui a dois anos. O
494 Conselheiro Leovane entende que todos os Conselhos do país devem cumprir a formação como a
495 lei exige, que todos os conselhos de os municípios, tenham de fato o acompanhamento do plano
496 estadual, plano municipal de Assistência Social, destaca a importância de acompanhar o processo
497 de capacitação no país. A Conselheira Márcia Góes ressalta a melhoria na comunicação entre o
498 CNAS e demais Conselhos de Assistência Social, sugere que sejam enviadas publicações em papel a
499 cada dois meses aos Conselhos, além da comunicação *online*, e que sejam enviadas também
500 cartilhas explicativas da que o Conselho fosse visto pelo público daqui a dois anos. A Conselheira
501 Márcia Góes pondera que gostaria que o CNAS fosse visto mais como companheiro, com uma
502 linguagem mais acessível, do que um órgão normativo. A Conselheira Célia pondera que o CNAS
503 tem que ser reconhecido enquanto instância, reconhecido nacionalmente pela excelência no
504 Controle Social pautado em práticas e valores democráticos, republicanos e éticos. A Conselheira
505 Cláudia contribui no sentido de que o CNAS deve ser referência nacional para o Controle Social no
506 âmbito da política de Assistência Social e reconhecido por sua gestão estratégica, formação e
507 capacitação para os conselheiros, efetiva articulação com os conselhos de Assistência Social e
508 estaduais, municipais e DF, desenvolvimento do protagonismo da sociedade civil e a atuação
509 comprometida com e a partir da acessibilidade, diversidade, pluralidade e intersetorialidade. A
510 Conselheira Clátia destaca a efetivação do Pacto Federativo para os próximos dois anos, em que o
511 CNAS poderia planejar etapas para o funcionamento, bem como a capacitação dos trabalhadores.
512 O Conselheiro Thiago acrescenta que o Conselho deve resgatar suas origens, inclusive com base na
513 Constituição Federal e na LOAS. A Conselheira Telma concorda com o fornecimento de uma
514 agenda de trabalho para os Conselhos Estaduais no sentido de reforçar o Pacto Federativo, e um
515 diálogo com a gestão para que ocorra maior amadurecimento quanto a democracia participativa.
516 A Vice Presidente Léa entende que o Conselho deve ser forte na atuação com os movimentos
517 sociais, com as causas e com as pautas coletivas, e a necessidade de fortalecer a capacitação
518 política. O Conselheiro Carlos Nambu acrescenta que deve haver melhor monitoramento das
519 Resoluções do CNAS. A Conselheira Bárbara considera que o planejamento deve ser feito com

520 base nas principais funções do Conselho Nacional de Assistência Social. A Conselheira Jucileide
521 propõe a criação de um IGD/Conselhos. O Presidente Edivaldo entende que o Conselho Nacional
522 deve se voltar mais para suas funções de fiscalização, orientação e acompanhamento da Política
523 de Assistência Social, propõe que sejam feitas avaliações no âmbito das Comissões Temáticas,
524 sobre o cumprimento de seu papel. O Sr. Marco Garbelotti informa que as contribuições
525 apresentadas serão sintetizadas. **ENCERRAMENTO.** O Presidente Edivaldo encerra a reunião para
526 almoço, convidando a todos para retornarem às 13:30. **ABERTURA.** O Presidente reinicia a reunião
527 e solicita a verificação do quórum. Em seguida, a Secretária Executiva Maria Auxiliadora saúda a
528 todos e realiza a verificação do quórum: Conselheiros titulares presentes: Telma Gomes; Léa
529 Braga; Maria Lúcia Marquim; Thiago Cabral; Cláudia Faquinote; Márcia Rocha; Alceu Kuhn;
530 Anderson Miranda; Samuel Rodrigues; Clátia Vieira; Edivaldo Ramos; Patrícia Vieira. Conselheiros
531 no exercício da suplência, Conselheiros suplentes: Maira Almeida; Márcia Góes; Carlos Nambu;
532 Naelson Ferreira; Dulcinéia Francisco; Aldenora Gonzáles; Carmen Fogaça; Eufrásia Agizzio; e
533 Jucileide Nascimento; e Leovane Gregório. **Item – Planejamento Integrado do Conselho Nacional**
534 **de Assistência Social.** O Sr. Marco Garbelotti realiza leitura do documento referente a síntese das
535 colaborações apresentadas pela manhã: *“Capacitar permanentemente membros da Assistência*
536 *Social, trabalhadores e Conselheiros. Ao Conselho acompanhar a implementação e enfoque aos*
537 *processos contábeis e operacionais. Segunda grande linha: competência normativa –*
538 *Regulamentar os recursos e Benefícios Eventuais; resgatar as funções originárias, Artigo 203 e 204*
539 *da Constituição Federal, com as seguintes diretrizes: Descentralização política-administrativa,*
540 *Coordenação das normas, Lei Orgânica de Assistência Social, Coordenação da Política Nacional de*
541 *Assistência Social, contraponto a uma primazia de expedidor de normas e em alguns casos*
542 *inovando e em outros extrapolando. O Conselho Nacional como Coordenador Geral do Sistema*
543 *Único de Assistência Social, um espaço para pensar o aperfeiçoamento da política articulada ao*
544 *Plano Decenal, visando a articulação entre normativas e efetiva implementação; associar as*
545 *regulamentações que saem do CNAS às deliberações das conferências nacionais. Terceira grande*
546 *linha: Comunicação social do CNAS: construção da cartilha Conselho, plano e Fundo para os novos*
547 *Conselheiros enfatizando a sua operacionalização com linguagens claras e simples na relação com*
548 *o público; informar por parte do Conselho Nacional bimestralmente os Estados físicos e financeiros*
549 *aos outros Conselhos e buscar uma maior visibilidade para além dos e-mails; feedback do*
550 *entendimento por parte dos Conselhos, usuários e trabalhadores da Assistência Social, das*
551 *Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social; construir as relações, as Resoluções*
552 *comentadas do Conselho Nacional de Assistência Social, exemplo a Resolução 33, que é uma*
553 *Resolução que já está comentada; disseminar o Plano Decenal, Resolução 33 da NOB; disseminar o*
554 *Plano Decenal; vincular a publicidade das normativas com o debate para a tomada de decisão,*
555 *potencializando as normativas do ponto de vista político. Quatro grande item: Controle social,*
556 *competência fiscalizadora do Conselho. Fortalecer a relação do Conselho com a participação social,*
557 *organizações civis, gestão democrática e participativa, induzir e vocalizar pautas junto à sociedade*
558 *civil; aproximar o Conselho junto às instâncias participativas estaduais e municipais, surgindo da*
559 *ideia de apenas um Conselho normativo, tendo em vista a diversidade existente. Quinta grande*
560 *linha: fortalecimento dos Conselhos subnacionais. Empoderar os Conselhos Estaduais, Distrito*
561 *Federal e capitais quanto ao rito orçamentário de controle e fiscalização. Romper a visão cartorial*
562 *do Conselho Nacional de Assistência Social; não aderir a uma efetiva participação dos governos*

563 *estaduais na articulação da implementação do sistema.” Ou seja, a gente buscaria, a intenção é*
564 *buscar essa participação dos governos estaduais. “Necessária a criação de um vínculo, um contato*
565 *periódico com os Conselhos subnacionais, buscando superar aí a fragilidade desses Conselhos e*
566 *pelo que saiu do grupo aqui, uma possível ausência do Conselho Nacional nesse sentido.*
567 *Estabelecer presença dos Coordenadores do Programa, do PBF, Programa Bolsa Família presente*
568 *nas reuniões do CONGEMAS e FONSEAS. Instituir e aprimorar o IGD Conselho; acompanhar o IGD*
569 *PBF; monitorar a implementação das Resoluções do Conselho Nacional e das deliberações das*
570 *conferências, Comissão de Monitoramento?” Aí é um questionamento. “Como cobrar as ações de*
571 *implementação? Financiamento, propor a vinculação orçamentária dos recursos para a Assistência*
572 *Social; reconhecer financiamento esse, que é a sexta grande linha que saiu da reunião hoje de*
573 *manhã; manter a vinculação orçamentária e recurso para a Assistência Social. Reconhecer que o*
574 *recurso da Assistência Social seja obrigatório e não contingenciável, a partir da normativa que parte*
575 *do recurso Fundo a Fundo para ser gasto em concurso público. Dar continuidade e consolidar os*
576 *serviços, programas e benefícios de Assistência Social, monitoramento do financiamento. Sétima*
577 *grande linha, trabalhadores: trabalhadores qualificados, bem remunerados, empoderado parte da,*
578 *empoderando parte da construção da Política de Assistência Social. Como integrando como parte*
579 *da construção da Política de Assistência Social. Oitava e última grande linha: Competências*
580 *administrativas: atribuir com regência e alinhamento entre as Comissões, com a construção de um*
581 *calendário, agendas e produtos que os aproximem. A Comissão de Política há um diagnóstico do*
582 *momento do funcionamento do SUAS nos Estados enquanto descentralizado não daria conta no*
583 *atual momento de uma efetiva respeito?Indução organizada por parte do CNAS de um Plano de*
584 *Trabalho junto aos Conselhos Estaduais de Assistência e Conselhos Municipais, capitais a exemplo*
585 *do que está posto pela gestão. Construção conjunta Conselhos Nacionais, estaduais e capitais de*
586 *uma agenda de trabalho conjuntas evidenciando a responsabilidade para a operacionalização do*
587 *SUAS. Processo de concertação, encontros regionais entre os Conselheiros. A Comissão de Normas*
588 *deve ser sempre ouvida em respeito ao rito regimental. A Comissão de Financiamento com a*
589 *realidade orçamentária para se efetivar o Controle Social. E nos entes, a presunção da*
590 *realidade financeira, os Conselhos estão usando os 3% do IGD SUAS para operacionalização?”.*
591 Após modificações de textos realizadas pelos Conselheiros, o Sr. Marco Garbelotti explica que
592 documento das visões será o principal elemento norteador para o produto final, que é a
593 atualização dos planos das Comissões, metas e ações, e que cada Comissão terá um Relator.
594 **ENCERRAMENTO.** O Sr. Marco Garbelotti encerra o segundo dia de reunião e convida a todos a
595 retornarem no dia seguinte às 9:30. **ABERTURA.** O Presidente Edivaldo reinicia a reunião em 17 de
596 fevereiro de 2016, informa a existência de alguns kits com cartazes e folders em relação à
597 campanha do Zika Vírus a serem distribuídos entre os Conselheiros, informa também que o
598 certificado de participação na Conferência será entregue aos Conselheiros na presente data. Em
599 seguida solicita a Secretária Executiva Maria Auxiliadora que realize a verificação do quórum. A
600 Secretária Executiva Substituta Maria Auxiliadora informa os Conselheiros titulares presentes: Léa
601 Braga; Elise Andreolla; Célia Lima; Maria Lúcia Marquim; Thiago Cabral; Márcia Rocha; Alceu Kuhn;
602 Anderson Miranda; Samuel Rodrigues; Cláudia Vieira; Edivaldo Ramos; Patrícia Vieira. Conselheiros
603 no exercício da titularidade: Denise Gonçalves; e Naelson Ferreira. Conselheiros suplentes
604 presentes: Maira Almeida; Márcia Góes; Carlos Nambu; Dulcinéia Francisco; Aldenora Gonzáles;
605 Carmem Fogaça; Eufrásia Agizzio; Margareth Dallaruvera; Jucileide Nascimento; e Conselheiro

606 Leovane Gregório. E Conselheira titular Clátia Vieira. **Item – Relato da Presidência Ampliada.** A
607 Vice-Presidente Léa realiza a leitura referente ao Relato da Presidência Ampliada: "*Memória da*
608 *Reunião da Presidência Ampliada. Reunião número 01/2015, dia 16/02/2016 – Horário: de 18h50*
609 *às 21h30. Participantes da Presidência Ampliada: Eivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS;*
610 *Léa Braga, Vice-Presidente do CNAS e membro da Comissão de Normas da Assistência Social;*
611 *Maria Lúcia Marquim, Coordenadora Adjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da*
612 *Assistência Social; Anderson Miranda, Coordenador da Comissão de Política da Assistência Social;*
613 *Cláudia Faquinote, Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social; Telma Maranhão*
614 *Coordenadora da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Ausências*
615 *justificadas: Solange Teixeira, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da*
616 *Assistência Social. Convidado: Carlos Eduardo Ferrari, representante da Relatoria da X Conferência*
617 *Nacional de Assistência Social. Secretária-Executiva: Maria das Mercês Avelino de Carvalho,*
618 *Secretária-Executiva do CNAS; Maria Auxiliadora Pereira, Secretária-Executiva Substituta do CNAS;*
619 *Silvani Souza, apoio ao gabinete; Thaís Braga, apoio ao gabinete. 1) Análise das indicações de*
620 *Conselheiros recebidas dos Conselhos estaduais de Assistência Social, CEAS, e critérios para*
621 *composição da Comissão de Eleição. Anexo A: Tendo em vista a disponibilidade da Conselheira*
622 *Aldenora Gonzáles de compor a Comissão Eleitoral, as indicações para o seguimento dos*
623 *representantes das organizações de usuários e dos representantes das entidades e parágrafos de*
624 *Assistência Social, foram preenchidas. A Presidência Ampliada discutiu então as indicações de*
625 *Conselheiros recebidas dos Conselhos Estaduais do Mato Grosso do Sul, Ceará e Paraná, para a*
626 *representação das entidades e organização dos trabalhadores do SUAS. Como proposta de critério*
627 *para a escolha dos representantes dos Conselhos Estaduais de Assistência Social na Comissão*
628 *Eleitoral do CNAS, definiu-se: a) Ranking do Censo SUAS e ID Conselhos como referência para a*
629 *escolha do representante do CEAS; b) Resolução CNAS número 17/2011, ratifica a equipe de*
630 *referência definida pela NOB/RH SUAS e reconhece as categorias profissionais dos trabalhadores*
631 *do SUAS; c) Abrangência da representatividade dos trabalhadores do SUAS. A Secretária-Executiva*
632 *tomará as providências conforme determina a Resolução CNAS número 14/2015 no seu Artigo 4º.*
633 *1.1) Minuta de Resolução de composição da Comissão Eleitoral. Anexo B. 2) Remanejamento das*
634 *datas da posse dos Conselheiros da sociedade civil do CNAS, gestão 2016/2018, e da reunião*
635 *Plenária trimestral em junho de 2016, em função da data de final de mandato dessa gestão. O*
636 *calendário do CNAS original era: 14 de junho, posse dos Conselheiros; 15 e 16 de junho, Plenária;*
637 *17 de junho – reunião trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Calendário previsto no edital do*
638 *processo de eleição da sociedade civil: 07 de junho – Posse dos Conselheiros; 08 – Reunião*
639 *Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF; 09 e 10 – Plenária do CNAS. 3) Revisão da composição*
640 *das Comissões do CNAS para publicação no Diário Oficial da União. Anexo C. Encaminhamento:*
641 *revisar as indicações feitas ao final de 2015 na Plenária. 4) Avaliação do calendário do CNAS em*
642 *relação ao calendário do CONGEMAS. O CONGEMAS encaminhou ofício número 07/2016*
643 *informando as datas do 18º Encontro Nacional e dos cinco encontros regionais do CONGEMAS*
644 *2016, que terão como tema central: Plano Decenal, Pacto de Aprimoramento do SUAS. O*
645 *CONGEMAS solicita ao CNAS resolver agenda para as datas dos encontros regionais e nacional,*
646 *bem como se faz presente somando-se aos debates e a contribuição para a visibilidade da política*
647 *pública da Assistência Social, que tem sido implantada e consolidada no Brasil. 18 e 19 de fevereiro*
648 *de 2016 – Encontro Regional Centro-Oeste, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 17 e 18 de março*

649 de 2016 – Encontro Regional Sudeste, Venda Nova do Imigrante Espírito Santo. Coincide com as
650 reuniões do CNAS dia 15; Comissões 16 e 17; Plenário 18 e Reunião Trimestral do CNAS com os
651 CEAS e CAS/DF. 13 e 24 de março de 2016 – Encontro Regional Norte Boa Vista Roraima. 28 e 29
652 de março de 2016 – Encontro Regional Nordeste, Natal, Rio Grande do Norte. Coincide com a
653 reunião da Subcomissão de Recursos, processo eleitoral, 28 a 31. 14 e 15 de abril de 2016 –
654 Encontro Regional Sul, Foz do Iguaçu Paraná, coincide com as reuniões do CNAS e Comissões 13 e
655 14 Plenária. 23 a 25 de maio de 2016 – 18º Encontro Nacional em Brasília, Distrito Federal,
656 coincide com a reunião da região Norte. Encaminhamentos: proposta de antecipar a Reunião
657 Ordinária do CNAS de março para o período de 08 a 11 de março. Proposta de antecipar a Reunião
658 Ordinária do CNAS de 11 a 13 de abril. 6) Discussão sobre as reuniões regionais do CNAS com os
659 CEAS e CAS/DF. Visando avaliação e melhor preparação qualitativa das Reuniões Regionais, a
660 Presidência Ampliada sugere: a) Realizar reuniões conjuntas das regiões Sul, Sudeste e Norte e
661 Centro-Oeste, realizar as referidas reuniões distribuídas em junho e julho, dias 21 e 22/06; 28 e
662 29/06; 26 e 27/07. A Comissão de Acompanhamento aos Conselhos apresentará proposta de
663 metodologia para os referidos encontros. 5) Programação Reunião Trimestral do CNAS com os
664 CEAS e CAS/DF em 11 de março, conforme nova proposta de data para a reunião de março. A
665 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos apresentará proposta de programação para a
666 Reunião Trimestral. 7) Proposta de data da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social para
667 fins de solicitação de reserva do Centro de Convenções Ulysses Guimarães. A proposta da
668 Presidência Ampliada é de realização da 11ª Conferência Nacional nos dias 07 a 10 de dezembro
669 de 2017. 10) Convites: 10.1) Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça
670 do Estado de São Paulo convida o Presidente do CNAS para oficina 'A criança vítima ou testemunha
671 de violência e sua exposição ao sistema de justiça – Debate do PL 3792/2015 a ser realizado no dia
672 09 de março de 2016 às 17h em São Paulo'. Encaminhamento: em virtude do evento coincidir com
673 a reunião do CNAS de março, enviar expediente agradecendo e comunicar impossibilidade de
674 participação. 10.2) 1º Encontro de Conselheiros estaduais de Assistência Social do Piauí.
675 Capacitação para Conselheiros estaduais e técnicos da Assistência Social nos dias 31 de março e 1º
676 de abril em Teresina. O CEAS Piauí solicita a participação de um Conselheiro Nacional para proferir
677 palestra no painel 1 no dia 31 de março sobre 'A Política de Assistência Social e aborde os temas –
678 SUAS – Caminhos percorridos e desafios a superar na perspectiva da Assistência Social como
679 favorecedora de direitos; Controle Social, responsabilidades legais e limitações práticas;
680 participação da sociedade civil e dos usuários nos Conselhos de Assistência Social.
681 Encaminhamento: o Presidente do CNAS se coloca à disposição para participar do evento. 10.3)
682 Oficina de Planejamento do Conselho Estadual de Assistência Social do Espírito Santo nos dias 02 e
683 03 de março de 2016. O CEAS Espírito Santo está organizando uma Oficina de Planejamento de
684 suas atividades para os dias 02 e 03 de março de 2016. Oportunidade que estará elaborando seus
685 Planos de Ação e recompondo suas Comissões Temáticas para o cumprimento de suas funções,
686 para tanto convido o Conselheiro do CNAS para contribuir como facilitador na referida oficina
687 ajudando no debate do papel do Conselheiro, do Conselho e do Conselheiro a importância da
688 estruturação das Comissões. Encaminhamento: enviar expediente agradecendo e comunicar a
689 impossibilidade de participação. 10.4) Encontro Técnico para Qualificação das Relações
690 Institucionais das Ofertas do SUAS. Encontro Técnico a ser promovido pelo MDS/SNAS em parceria
691 com a Federação Nacional das APAEs, FENAPAES, e a Federação Nacional das Associações

692 Pestalozzi, FENAPESTALOZZI, a ocorrer nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2016, das 8h às 19h no
693 auditório da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC. O objetivo desse Encontro Técnico é
694 promover discussões sobre os serviços do SUAS no âmbito da Proteção Social básica, especial de
695 média e alta complexidade e orientar as entidades participantes que atuam em atenção às pessoas
696 com deficiência quanto à regulação da Rede Socioassistencial Privada do SUAS. A SNAS informa
697 que irá viabilizar a participação de até três representantes do CNAS para participar desse evento e
698 solicita que os nomes dos representantes indicados, nome completo, telefone e e-mail sejam
699 encaminhados até o dia 15/02/2016 para nossas providências quanto à passagem e diárias.
700 Encaminhamento: com o intuito de contemplar o seguimento de pessoas com deficiência que
701 compõem esse Colegiado, a Presidência Ampliada indica os seguintes Conselheiros: Eufrásia
702 Agizzio, representante da Associação Brasileira de Autismo; Alceu Kuhn, representante da
703 Organização Nacional de Cegos do Brasil; e Carmem Lúcia Lopes Fogaça, representante da
704 Organização de Entidades de Deficientes Físicos, ONEDEF. O Presidente do CNAS participará da
705 Mesa de Abertura. 10.5) 3ª Edição do Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016/2019 nos dias 15 e 16 de
706 março em Brasília, DF; a organização do evento solicita ao CNAS a indicação de quatro
707 Conselheiros representantes da sociedade civil até o dia 15 de fevereiro, ressaltando os critérios de
708 paridade e de gênero, e de representatividade regional. Encaminhamento: submeter as indicações
709 à Plenária; 10.6) O Conselho Municipal de Assistência Social de Votuporanga, São Paulo, convida o
710 CNAS para o Encontro Regional para Orientação sobre Inscrição e Manutenção de Entidades de
711 Assistência Social no CMAS a ser realizado no dia 04 de março de 8h às 17h em Votuporanga, São
712 Paulo. Encaminhamento: enviar expediente agradecendo e comunicar impossibilidade de
713 participação. 11) Informes. 11.1) Deliberações. Moções e propostas advindas das conferências de
714 Assistência Social 2015. Encaminhamento: a Secretária-Executiva enviará as moções às Comissões
715 competentes para as providências necessárias. 11.2) Certificado de reconhecimento público ao
716 Presidente do CNAS expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento
717 Humano de Cuiabá, Mato Grosso, em evento realizado em 15/10/2015 pela importância na
718 implementação, expansão e consolidação do SUAS em Cuiabá, que completou 10 anos. 11.3) A
719 Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade, dos Direitos Humanos e do
720 trabalho de Goiás encaminhou ofício 2787/2015 em resposta ao ofício CNAS número 11/2015,
721 SE/CNAS/MDS, que enviou nota em defesa do SUAS, aprovada pelo CNAS em 11/02/2014,
722 ressaltando a preocupação desse Conselho com a extinção ou fusão de Secretarias de Assistência
723 Social ou congêneres a outras Secretarias da área social. Informamos: "Que a Secretaria da
724 Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos ciente da
725 importância do Controle Social para que as políticas públicas cheguem aos beneficiários, oferece
726 apoio técnico e administrativo necessários para que o Conselho Estadual de Assistência Social de
727 Goiás possa exercer suas funções plenamente. Informamos ainda que a Superintendência de
728 Gestão do SUAS é parceira do CEAS Goiás na X Conferência de Assistência Social, inclusive
729 disponibilizando profissionais para ministrar palestras nas conferências municipais. 11.4) O
730 Conselho Estadual de Assistência Social do Maranhão encaminhou cópia do ofício número 20/2015
731 em resposta à notificação ministerial número 207/2015, referente à notícia-fato número 16/2015,
732 da Promotoria da Justiça Especializada em fundações e entidades de interesse social do Ministério
733 Público do Estado do Maranhão sobre fatos contra a gestão à frente do CEAS Maranhão. No
734 documento o CEAS Maranhão sugere que a citada Promotoria solicite ao Fórum Estadual de

735 *Assistência Social esclarecimentos quanto à eleição da representação da sociedade civil realizada*
736 *sob sua responsabilidade, bem como solicita ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos e*
737 *Participação Popular a substituição dos Conselheiros representantes do poder público, governo do*
738 *Maranhão, os quais possuem mais de duas gestões no CEAS, visando o cumprimento da legislação*
739 *vigente. 12) Informe sobre o produto de consultoria do CNAS, manual de planejamento do Controle*
740 *Social do SUAS. Em 2012 o CNAS solicitou um produto de consultoria denominando 'Manual de*
741 *Planejamento do Controle Social do SUAS', voltado principalmente para o planejamento de nível*
742 *operacional, visando auxiliar na definição de ações, fluxos e procedimentos necessários ao*
743 *adequado desempenho de cada atribuição legal dos Conselhos de Assistência Social em*
744 *conformidade com a NOBSUAS 2012. O documento deve ser validado para os devidos*
745 *encaminhamentos. Encaminhamento: os membros da Presidência Ampliada farão avaliação do*
746 *manual para posteriores encaminhamentos. 13) Informes sobre a publicação dos anais da X*
747 *Conferência nacional de Assistência Social. O representante da Relatoria da X Conferência, Carlos*
748 *Eduardo Ferrari, apresentou à Presidência Ampliada proposta de publicação dos anais da*
749 *Conferência por meio de um texto limpo e fluido. Para tanto, apresentou o cronograma de*
750 *atividade da equipe de Relatoria. Limpeza do texto – 18 de março; devolução do texto – 28 de*
751 *março; tarefas individuais até 04 de abril; reunião de sistematização 06 e 07 de abril; entrega final*
752 *15 de abril; em maio a publicação. Encaminhamentos: a Presidência Ampliada aprovou a proposta.*
753 *13) Pauta da Reunião Ordinária de número 241ª do CNAS, março de 2016, anexo D." O Presidente*
754 *Edivaldo informa que a Resolução 14 indica que caso a Comissão eleitoral não seja composta em*
755 *sua totalidade pelos Conselheiros Nacionais, os Conselhos Estaduais deverão ser consultados,*
756 *utilizando o ID Conselhos como referencial, para que os Estados não fossem consultados de*
757 *maneira aleatória, portanto foram consultados o Conselho Estadual do Mato Grosso do Sul, do*
758 *Ceará e do Paraná. Acrescenta que posteriormente a Conselheira Aldenora ficou disponível para*
759 *compor a Comissão, e que o processo finaliza no dia 02 de março de 2016. Propõe que seja feita a*
760 *Resolução e que se autorize a Secretaria Executiva a fazer o complemento dessa Comissão com*
761 *base nos critérios que a Presidência discutiu, quais sejam: letra A o ranking do Censo; B seria a*
762 *Resolução 17; C a abrangência da representatividade. Os Conselheiros Thiago, Margareth,*
763 *Carmem e Jucileide levantam vários questionamentos sobre a Resolução 14, especialmente para o*
764 *seguimentos dos Trabalhadores. O Presidente Edivaldo informa que também questionou, quando*
765 *na discussão da Resolução 14, se haveria problema de haver esta interpretação de que a entidade*
766 *que está no Conselho Estadual representaria entidade que eventualmente estivessem escrita no*
767 *Conselho Nacional, acrescenta que tal Resolução foi aprovada pelo Pleno, posteriormente realiza*
768 *leitura do art. 4º: "O conselheiro do conselho estadual de Assistência Social, CEAS, ou do conselho*
769 *de assistência social do Distrito Federal, CAS/DF, indicado para compor a comissão eleitoral não*
770 *poderá se representante de organização de usuários das entidades e organizações da Assistência*
771 *Social e das entidades e organizações de trabalhadores do SUAS concorrentes ao pleito da eleição*
772 *do CNAS 2016 a 2018." , assevera que o Pleno precisa interpretar e estar ligado a uma entidade,*
773 *quer dizer, se seria a mesma entidade, portanto, impedido de concorrer às eleições. A Conselheira*
774 *Telma sugere ampliar o número de consulta, porque essa referência de conselheiros estaduais é*
775 *um banco de dados que pode ser feito, foi feito um indicador do ID, foram ampliados esses*
776 *indicadores para a representação dos trabalhadores para mais conselhos. E verificar as inscrições,*
777 *entende que pode haver um limite, pois não serão todas as federações de representação de*

778 trabalhadores que estarão concorrendo a Nacional. O Presidente Edivaldo pondera que há dois
779 assuntos sendo discutidos paralelamente: a questão de composição da comissão, outro é
780 discutindo a questão do CNPJ. A Conselheira Carmem entende que há um conflito entre a
781 Resolução 11, que define o que é uma organização, e a Resolução 14 quando solicita a
782 documentação. Encaminhamento: O Presidente Edivaldo propõe a suspensão da apresentação do
783 plano, a Presidência Ampliada se reúne logo após o almoço, traz em seguida uma proposta para a
784 Plenária sobre a resolução e eventualmente sobrando tempo, apresenta-se o Relato da Comissão
785 de Financiamento conforme solicitado pela Conselheira Telma. **Item - Remanejamento das datas**
786 **de posse dos conselheiros.** O Presidente Edivaldo informa que a proposta é para antecipar para a
787 semana anterior à reunião do Conselho, seria a data de 07 de junho. **Item - Revisão da**
788 **composição das Comissões do CNAS.** A Vice Presidente Léa questiona a possibilidade da
789 Conselheira Bárbara figurar como membro da Comissão de Normas, tendo em vista que é do
790 Segmento do Governo e substituiu a ex-Conselheira Marlene. O Presidente Edivaldo solicita que
791 até quarta-feira da semana seguinte as Conselheiras decidam entre si, e passem a informação para
792 a Secretaria Executiva para publicação. **Item - Avaliação do calendário do CNAS em relação aos**
793 **conflitos com o CONGEMAS.** O Presidente Edivaldo esclarece que não foi possível para o
794 CONGEMAS alterar suas datas, devido a disponibilização de espaço, portanto, informa que a
795 proposta seria antecipar a reunião dos meses de março e abril. Após contribuições, entende que o
796 assunto pode ser melhor decidido posteriormente. **Item - Discussão sobre as reuniões regionais**
797 **do CNAS.** O Presidente Edivaldo explica que a Presidência Ampliada entendeu que o período atual
798 até junho, será dedicado ao Processo Eleitoral, Encontro do CONGEMAS e discussão de planos,
799 haveria dificuldade de discutir e organizar uma reunião regional de qualidade. Encaminhamento:
800 Informa que a proposta da Presidência Ampliada condiz em realizar as reuniões regionais de junho
801 em diante, após análise da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. **Item - Programação**
802 **Trimestral.** Encaminhamento: a Comissão de Conselhos apresentará a proposta para a
803 Presidência Ampliada. **Item - Conferência de 2017.** O Presidente Edivaldo registra que
804 considerando que o Centro de Convenções é muito concorrido, se faz necessário encaminhar uma
805 solicitação com antecedência, informa que a proposta da Presidência Ampliada são as datas de 7 a
806 10 de dezembro, que seria 7 quinta-feira, 8 sexta, 9 sábado, 10 domingo. O Pleno decidiu por não
807 realizar a Conferência no final de semana, e sim de terça a sexta-feira. **ENCERRAMENTO.** O
808 Presidente Edivaldo encerra a reunião e delibera para almoço, convidando a todos a retornarem
809 às 15:00. **ABERTURA.** O Presidente Edivaldo reinicia a reunião e informa que a Secretária
810 Executiva confirma que há quórum. **Item – Relato da Presidência Ampliada. Item – convites.**
811 Encaminhamento: Não há condições dos Conselheiros participarem. **Item - Encontro técnico da**
812 **SNAS.** O Presidente Edivaldo informa que sugeriu a Conselheira Bárbara que fosse ampliada a
813 participação dos seguimentos, e que proporia ao Conselho Nacional que garantisse as presenças
814 dos segmentos representados, tendo em vista que 3 vagas foram destinadas para o CNAS. Então a
815 Presidência Ampliada sugeriu que fossem os Conselheiros Alceu pelo segmento da deficiência
816 visual, a Conselheira Eufrásia pelo segmento dos autistas e a Conselheira Carmem pelos
817 deficientes físicos. Esclarece a Conselheira Márcia de Carvalho que se a sua entidade participar
818 será custeada por ela própria. **Item – Informes.** Sem destaques. **Item - produto de consultoria do**
819 **CNAS.** O Presidente Edivaldo informa que foi feita consulta ao Conselheiro José Crus com relação
820 ao ponto em que a NOB diz que ‘deverá ser criado um instrumento de planejamento’, a

821 Presidência Ampliada vai fazer um estudo e depois os encaminhamentos, após tomar
822 conhecimento do conteúdo. **Item - Dialoga Brasil.** Os Conselheiros concluíram pela participação
823 dos Conselheiros Aldenora e Patrícia, Naelson e Samuel, com os três seguimentos representados,
824 trabalhadores, entidades e usuários. **Item – Anais da X Conferência.** O Presidente Edivaldo
825 informa que a proposta da Relatoria consiste na realização de um material enxuto no sentido de
826 ter um capítulo colocando toda a orientação de como se deu o processo de organização da
827 Conferência, e os outros anexos, informes, relatórios o material integral da Conferência ficaram
828 como anexos eletrônicos, teria link para os interessados acessarem para tomarem conhecimento
829 desse conteúdo. Acrescenta que será feito um informe, pois devido ao trabalho necessário para
830 disponibilizar o material *online*, provavelmente o prazo de 120 dias para disponibilizar os anais da
831 Conferência serão extrapolados. **Item – Pauta de março.** O Presidente Edivaldo informa os itens
832 da pauta referente ao mês seguinte: dia 08 das 9h às 16h a Reunião das Comissões: quatro
833 Comissões, Política, Conselhos, Normas e Financiamento, todas para tratar da continuidade nos
834 debates sobre o Plano de Ação, às 16h às 19h Presidência Ampliada, Comissão de Ética, Comissão
835 de Acompanhamento dos Benefícios e Transferência de Renda, no dia 09/03 das 9h15 – aprovação
836 da Ata; os informes e 11h30 às 12h apresentação da avaliação do CapacitaSUAS pela SAGI; às 14h
837 a metodologia e a programação da Reunião Trimestral; das 15h às 16h a partir das 15h com o
838 relato da Presidência Ampliada, às 16h às 17h Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
839 Transferência de Renda; no dia 10 os relatos, Comissão de Financiamento, Comissão de Política,
840 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Comissão de Normas e depois das 16h às 17h o
841 processo de elaboração final do planejamento integral do CNAS; no dia 11 seria a Reunião
842 Trimestral. Encaminhamento: Conforme proposto pela Conselheira Maira, que o primeiro
843 momento da manhã do dia 08 fosse com todos no pleno, para alinhar o que foi discutido, e depois
844 as reuniões das Comissões para dar continuidade ao planejamento, pois existem algumas
845 questões a serem discutidas coletivamente para depois serem levadas para as Comissões. **Item -**
846 **processo eleitoral.** O Presidente Edivaldo informa que a Presidência Ampliada realizou debate
847 ponto a ponto da Resolução 14/2015, acrescenta que o Regimento dispõe que toda alteração a ser
848 feita na Resolução deve ser concluída até a reunião subsequente, e o Presidente submete à análise
849 para depois trazer para a Plenária a adequação que também lhe permite sem esse rito tão
850 engessado, e com relação a erros materiais, ou seja, um erro de digitação, ou um erro de
851 discordância com alguma outra normativa posta, propõe que seja discutida primeiramente a
852 questão do CNPJ, por estar mais simples, e consta no Artigo 8º. Ressalta que não há conflito entre
853 as Resoluções 11 e 14, pois não há a exigência de qualquer formato de entidade de usuários trazer
854 CNPJ, só aquelas que possuem o formato jurídico, ou seja, aquelas com Ata registrada em cartório,
855 CNPJ, Estatuto registrado em cartório, portanto não há prejuízo da participação das organizações
856 de usuários que não possuem CNPJ, conforme aponta o § 1º. Então a Presidência Ampliada
857 entendeu que o debate do CNPJ está superado, porque ele não tem perdas, não tem prejuízo a
858 nenhum os interessados a participar do processo. Quanto ao art. 7º, informa que a Presidência
859 Ampliada propõe que seja mantido. O Artigo 4º, dispõe sobre a composição da Comissão por meio
860 dos Conselhos Estaduais, a Presidência Ampliada entendeu que havendo eventual risco de vir
861 organizações que representam bases de organizações nacionais que compõem o Conselho
862 Nacional, a Presidência Ampliada propõe-se uma consulta, não só aos três Conselhos do *ranking* e
863 sim de todos para que forme um banco de dados bastante amplo que possibilite escolher

864 representantes dos trabalhadores que não estejam vinculados a nenhuma das entidades inscritas.
865 A proposta é: que a Secretaria Executiva consulte os 27 Conselhos, seria uma vaga de usuários e
866 duas de trabalhador, solicitando que viessem a indicação de um usuário e dois trabalhadores. A
867 Vice Presidente Léa realiza a leitura dos encaminhamentos: *“A Secretaria-Executiva do CNAS*
868 *consultará os 27 Conselhos de Assistência Social solicitando a composição da sociedade civil*
869 *naqueles Conselhos para compor o banco de dados do CNAS no processo eleitoral CNAS*
870 *2016/2018. Na ausência de representação de trabalhadores de acordo com o Artigo 4º da*
871 *Resolução número 14/2015, a composição da Comissão Eleitoral será composta, considerando a*
872 *representação de usuários.”*. Em seguida a Vice-Presidente Léa procede a leitura da Resolução:
873 *“Resolução CNAS, fevereiro de 2016. Institui a Comissão Eleitoral de que trata o Artigo 2º da*
874 *Resolução CNAS 14, de 07 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o processo de eleição dos*
875 *representantes da sociedade civil do CNAS, gestão 2016/2018. O Conselho Nacional de Assistência*
876 *Social, CNAS, em Reunião Ordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2015, no uso da*
877 *competência que lhe é conferida pelo Artigo 5º do Decreto 5.003, de 04 de março de 2004,*
878 *publicada no Diário Oficial da União no dia 05 de março de 2004. Considerando a Resolução CNAS*
879 *14, de 07 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da*
880 *sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social, gestão 2016/2018 resolve: Artigo 1º -*
881 *instituir a Comissão Eleitoral de que trata o Artigo 2º da Resolução CNAS 14, de 07 de dezembro de*
882 *2015. Artigo 2º - A Comissão Eleitoral será composta pelas Subcomissões de Habilitação e de*
883 *Recurso, conforme prever Resolução CNAS 14, de 07 de dezembro de 2015. Artigo 3º - Os membros*
884 *da Comissão Eleitoral serão os Conselheiros representantes da sociedade civil: I) No seguimento*
885 *dos representantes das organizações de usuários; a) Anderson Lopes Miranda, representante do*
886 *Movimento Nacional de População de Rua do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS; e b)*
887 *Aldenora Gonzáles, representante do Instituto Ecovida no Conselho Nacional de Assistência Social,*
888 *CNAS. II) No seguimento dos representantes das entidades e organizações de Assistência Social; c)*
889 *Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, representante da Fundação DorinaNowill para Cegos*
890 *do Conselho Nacional de Assistência Social; d) Cláudia Laureth Faquinote, representante da União*
891 *Brasileira de Educação e Ensino no Conselho Nacional de Assistência Social. III) No seguimento dos*
892 *representantes das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS. Aí está em branco*
893 *representante do Conselho Estadual de Assistência Social de X, e F também o nome em branco,*
894 *representante do Conselho Estadual de, Artigo 4º - A Comissão Eleitoral elegerá entre seus pares*
895 *um Presidente e um vice, Presidente de seguimentos diferentes e um Coordenador para cada uma*
896 *das Subcomissões de habilitação e de recurso. Artigo 5º - Essa Resolução entra em vigor na data de*
897 *sua publicação. Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.”*.
898 Aprovado o Relato após submetido à apreciação do Pleno. **ENCERRAMENTO**. Nada mais havendo
899 a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-
900 se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos,
901 passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião do dia dezessete de fevereiro de
902 dois mil e dezesseis.